

Impactos econômicos da redução de aposentadorias e benefícios na economia brasileira¹

Edson Paulo Domingues²

Débora Freire Cardoso³

Luís Eduardo Afonso⁴

Guilherme Cardoso⁵

Nota Técnica

NEMEA- Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada

Cedeplar-UFMG

Belo Horizonte 08 julho 2019

Há vários anos todos os governos do Brasil têm tentado fazer uma reforma da previdência. Os principais motivos são o elevado gasto com benefícios, os déficits crescentes e as desigualdades entre os regimes de previdência dos trabalhadores dos setores público e privado. Este quadro tende a se agravar, pois a proporção de idosos na população vai aumentar muito nos próximos anos. De forma geral, as propostas de mudança propunham alguma combinação de elevação da idade de aposentadoria e/ou da fórmula de cálculo das aposentadorias e pensões. A PEC 6/2019, apresentada pelo governo Bolsonaro, atualmente em discussão no Congresso, é mais uma tentativa de equacionar a questão previdenciária.

¹ Os autores agradecem as sugestões de Mark Horridge (CoPS-Victoria University) no desenvolvimento deste trabalho. Este trabalho tem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, Código de Financiamento 88887.123942/2016-00, por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico (PGPSE),

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Cedeplar da UFMG. Pesquisador de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Visitante no CoPS – *Center of Policy Studies* da Victoria University pelo PVEX-CAPES. e-mail: epdomin@cedeplar.ufmg.br

³ Professor do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Cedeplar da UFMG. e-mail: dfreire@cedeplar.ufmg.br

⁴ Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP; e-mail: lafonso@usp.br

⁵ Mestre em Economia. Doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG; e-mail: scardoso.guilherme@gmail.com

Maior importância tem sido dada aos aspectos fiscais, em particular, à redução do dispêndio previdenciário. Mas há duas lacunas importantes neste debate. A primeira, é que pouco se discute a respeito do papel dos benefícios previdenciários e assistenciais como fonte de renda das famílias. Alterações no gasto com aposentadorias e pensões têm repercussões relevantes na economia, que vão muito além da busca do ajuste fiscal. Há impactos diferenciados de acordo com características como a renda e a inserção no mercado de trabalho.

A segunda lacuna, é que as análises são, majoritariamente, feitas em equilíbrio parcial, quando deveriam ser feitas em um arcabouço de equilíbrio geral. Modificações na idade de aposentadoria e nos benefícios previdenciários têm impactos sobre o mercado de trabalho, investimento, consumo e várias outras variáveis macroeconômicas, que, por estarem inter-relacionadas, provocam efeitos sistêmicos na economia.

O objetivo desta Nota Técnica é esclarecer o papel das transferências (benefícios) da previdência na economia brasileira por meio de uma metodologia que permite observar os efeitos de consumo, produção, bem-estar e desigualdade desses pagamentos na economia. A estratégia metodológica consistirá em estimar o efeito da redução desses pagamentos na economia, considerando as aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e pelo programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), benefício assistencial pago pelo INSS.

O estudo dos diversos aspectos da previdência social é bastante complexo. Envolve um grande conjunto de informações referentes ao mercado de trabalho, às características demográficas da população e à imputação de regras previdenciárias para diferentes períodos e/ou gerações, para longos períodos de tempo. No Brasil, a dificuldade da obtenção de microdados adequados fez com que autores empregassem, por exemplo, *pooling* de PNADs (Afonso e Fernandes, 2005) ou a metodologia dos indivíduos representativos (Giambiagi e Afonso, 2009). Um dos poucos trabalhos que empregou microdados dos registros administrativos foi Afonso (2016). Para uma análise sobre as possibilidades metodológicas e as direções da literatura, ver Afonso (2014). Trabalhos que empregam modelos de equilíbrio geral computável, são bastante raros. Uma notável exceção é Silva (2018).

A metodologia que utilizamos neste trabalho articula bases de dados detalhadas de transferências (RGPS, RPPS e BPC) a um modelo de equilíbrio geral computável (EGC) desenvolvido no Núcleo

de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada (NEMEA-Cedeplar)⁶. Esse modelo EGC está especialmente capacitado para questões relacionadas a transferências, tributação, e geração, apropriação e distribuição da renda na economia brasileira, e foi apresentado na tese de doutorado da Professora Débora Freire Cardoso (Cardoso, 2017), ganhadora do Prêmio BNDES de melhor tese de economia em 2018. Os modelos do tipo EGC, especialmente os desenvolvidos em universidades públicas brasileiras, representam uma ferramenta importante na análise de políticas públicas no Brasil, como pode ser observado na literatura recente⁷.

Este modelo combina dados do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)⁸ de 2008/2009, também do IBGE. Para este trabalho, o modelo foi adaptado com o mapeamento específico de aposentadorias e pensões, tanto do RGPS quanto do RPPS, além dos benefícios do BPC para 11 classes de renda, utilizando-se os dados da POF. As 11 classes de renda do modelo podem se visualizadas na Tabela 1.

⁶ Os trabalhos desenvolvidos no NEMEA podem ser consultados em <https://pesquisas.face.ufmg.br/nemea/>.

⁷ Estes modelos têm sido desenvolvidos desde os anos de 1990, e estão presentes em diversas universidades e grupos de pesquisa. Brasileiros. Um exemplo pode ser visto no NEMEA, acima, e no NEREUS-USP (<http://www.usp.br/nereus/>).

⁸ Maiores informações sobre o modelo EGC podem ser encontradas em Cardoso (2016). A Matriz de Contabilidade Social utilizada como uma das informações para a base de dados do modelo foi construída por Burkowsky, Perobelli e Perobelli (2016), sendo que Cardoso (2016) insere detalhamento do setor institucional Famílias na MCS por classes de renda.

Tabela 1: Tipologia das Famílias segundo faixas de renda familiar mensal

Famílias	Faixas salariais - em termos de salário mínimo (s.m.)
H1	0-1 s.m.
H2	1-2 s.m.
H3	2-3 s.m.
H4	3-5 s.m.
H5	5-6 s.m.
H6	6-8 s.m.
H7	8-10 s.m.
H8	10-15 s.m.
H9	15-20 s.m.
H10	20-30 s.m.
H11	Acima de 30 s.m.

Fonte: Elaboração própria.

As características das famílias representativas do modelo podem ser visualizadas na Tabela 2. Cerca de 60% das famílias brasileiras estão concentradas nas quatro primeiras faixas de renda, conforme mostra a Tabela 2. Pode-se dizer, portanto, que mais da metade da população representada pela POF se encontra no estrato inferior em termos do nível de renda (dividindo-se em 3 grupos). O grupo de famílias de maior nível de renda, H11, possui renda média expressivamente mais elevada que os demais, sendo duas vezes maior que a renda média do grupo imediatamente anterior, H10. É possível observar que, quanto maior a renda média do grupo, mais heterogêneo ele é em termos de renda, conforme mostra a coluna do desvio-padrão.

Segundo as informações das Contas Econômicas Integradas (Contas Nacionais - IBGE, 2015), os benefícios pagos tanto na forma de aposentadorias como pensões pelo RGPS, RPPS e os benefícios do BPC representam 89,5% das transferências do Governo para as famílias.

Os dados da POF possibilitam a desagregação desse total de benefícios entre as modalidades de benefícios e as classes de renda. Das transferências feitas às famílias, as aposentadorias e pensões do RGPS compõem a maior parcela, com 67%, seguida das aposentadorias e pensões do RPPS com 31%, e, por último, do BPC, que ocupa 2% do total dos benefícios. As transferências dos do RGPS podem ser subdivididas em aposentadorias, que representam 54%, e pensões, com os

demais 13%. Para o RPPS, as aposentadorias representam 23%, enquanto as pensões ocupam os 8% restantes.

Tabela 2: Características das classes de renda no Brasil

Famílias	Número de famílias	Número de indivíduos	Part. % das classes no total	Renda média (R\$)	Desvio-padrão (R\$)	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)
H1	3,080,421	9,570,064	5.3%	290	95	17	415
H2	9,328,288	28,538,968	16.1%	627	121	416	830
H3	10,036,874	31,959,056	17.4%	1,028	118	831	1,244
H4	12,949,710	43,599,263	22.4%	1,621	237	1,248	2,070
H5	4,079,336	13,977,026	7.1%	2,278	116	2,076	2,490
H6	5,542,898	18,714,398	9.6%	2,856	245	2,492	3,310
H7	3,391,460	11,848,384	5.9%	3,727	253	3,330	4,142
H8	4,185,498	14,566,335	7.2%	5,049	601	4,164	6,201
H9	1,989,700	7,043,100	3.4%	7,134	626	6,235	8,300
H10	1,678,417	5,517,373	2.9%	10,057	986	8,450	11,995
H11	1,554,002	5,185,330	2.7%	19,934	11,953	12,480	82,370

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2008/2009 (IBGE, 2014).

Os dados da POF por classe de renda ajudam a entender o papel destes pagamentos na renda das famílias. As tabelas abaixo indicam a participação dos benefícios do RGPS, RPPS e do BPC nos grupos de famílias.

A Tabela 3 exibe a distribuição das modalidades de benefícios entre as classes de renda. O RGPS tem distribuição mais homogênea entre os grupos de renda. Vale lembrar, no entanto, que as classes mais baixas representam a maior parte da população, como pode ser visto na Tabela 2 (60 % das famílias então concentradas nas 4 primeiras classes). A classe H4, que é aquela com renda familiar mensal de 3 a 5 salários mínimos, detém a maior fatia dos benefícios pagos pelo RGPS (19,2%). No entanto, a classe H11, que representa apenas 2,7% das famílias, tem participação de 9,3%. Os benefícios do RPPS concentram-se primordialmente nas classes mais altas. O grupo H11

(renda familiar mensal acima de 30 s.m.) detém, sozinho, quase 40% dessa modalidade de benefício. Juntas, as classes H8 a H11 recebem 77% do benefício do RPPS. O BPC, por sua vez, é concentrado nas classes mais baixas: 82% do benefício é direcionado para as 4 primeiras classes de renda. Destaca-se a baixa proporção do benefício na classe H1, implicando que poucas famílias têm o BPC como fonte única fonte de renda, já que, qualquer renda adicional coloca essas famílias na classe H2 ou acima, uma vez que o BPC tem valor igual a 1 s.m (teto da classe). A disparidade verificada entre RGPS e RPPS mostra como é heterogêneo o sistema previdenciário brasileiro.

Tabela 3: Distribuição dos benefícios por modalidade entre as classes de renda, Brasil, 2008

	RGPS (aposentadorias e pensões)	RPPS (aposentadorias e pensões)	BPC
H1	0,1%	0,0%	0,4%
H2	6,4%	0,8%	22,1%
H3	11,9%	1,6%	31,1%
H4	19,2%	5,4%	28,5%
H5	7,5%	2,5%	5,6%
H6	11,7%	7,3%	6,3%
H7	7,7%	5,2%	1,8%
H8	12,5%	10,8%	2,8%
H9	7,7%	10,6%	0,7%
H10	6,0%	17,5%	0,1%
H11	9,3%	38,3%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2008/2009 (IBGE, 2014).

Na Tabela 4, observa-se a distribuição dos benefícios por modalidade para cada grupo de renda, o que permite inferir qual tipo de benefício é mais importante para cada uma das 11 classes. O RGPS tem importância maior entre os benefícios recebidos pelas classes mais baixas e médias, perdendo relevância para as classes mais altas. O RPPS representa grande parte dos benefícios recebidos pelas classes mais elevadas. O BPC, naturalmente, tem maior peso para as classes mais baixas.

Tabela 4: Participação dos benefícios por modalidade no total de benefícios recebidos pelas classes de renda, Brasil, 2008

	RGPS (aposentadorias e pensões)	RPPS (aposentadorias e pensões)	BPC	Total dos benefícios
H1	82%	7%	11%	100%
H2	86%	5%	9%	100%
H3	87%	5%	7%	100%
H4	85%	11%	4%	100%
H5	85%	13%	2%	100%
H6	77%	22%	1%	100%
H7	76%	24%	1%	100%
H8	71%	28%	0%	100%
H9	61%	39%	0%	100%
H10	43%	57%	0%	100%
H11	35%	65%	0%	100%
Total	67%	31%	2%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da POF 2008/2009 (IBGE, 2014).

Na tabela 5, que exibe a participação dos benefícios pagos pelo Previdência na renda bruta total das famílias, observa-se que as transferências do RGPS representam a modalidade mais representativa. A maior participação do RGPS pode ser vista nas classes de famílias H2 a H4, que são aquelas que têm renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos. Para essas famílias, as transferências do RGPS chegam a representar 16% do agregado da renda da classe. Para famílias com renda de 5 a 8 salários mínimos, a participação dos benefícios do RGPS na renda total também é mais relevante em comparação com as demais. As transferências do RPPS, por sua vez, são mais representativas para as famílias de classe mais alta, em especial, as do topo da distribuição de renda, H10 e H11. Naturalmente, como são famílias de renda elevada e com fontes diversificadas, as aposentadorias e pensões representam pouco da renda total desses grupos (5% da renda total para H10 e H11 separadamente). O BPC tem participação pequena na renda total, mas concentração nas classes H2 a H4. O grupo com maior participação das transferências do BPC é H2, com de representatividade de 2% na renda bruta total da classe.

Interessante notar, que a primeira classe de renda, H1 (famílias com renda familiar total de 0 a 1 salário mínimo), tem participação ínfima das modalidades de benefícios na sua renda total, o que evidencia uma classe de renda excluída das transferências oriundas de aposentadorias (ou do BPC

por idade). Os dados exibidos na Tabela 2 mostram que na amostra expandida da POF este grupo de renda abarca 3,1 milhões de famílias (5,3% do total de famílias) e 9,6 milhões de indivíduos (5% do total de indivíduos).

Tabela 5: Participação dos benefícios pagos pelo sistema previdenciário na renda bruta total das famílias, por modalidade de benefício e classe de renda, Brasil, 2008

	RGPS (aposentadorias e pensões)	RPPS (aposentadorias e pensões)	BPC
H1	2%	0%	0%
H2	16%	1%	2%
H3	16%	1%	1%
H4	12%	2%	1%
H5	10%	2%	0%
H6	9%	3%	0%
H7	7%	2%	0%
H8	7%	3%	0%
H9	6%	4%	0%
H10	4%	5%	0%
H11	3%	5%	0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2015) e POF 2008/2009 (IBGE, 2014).

O que esta Nota Técnica se propõe a responder é: Quais seriam os efeitos de uma reforma previdenciária que afetasse as aposentadorias e pensões dos RPPS e do RGPS, bem como o BPC-LOAS? No escopo das alterações que fazem parte da versão original da PEC 6, as modificações devem implicar uma redução dos pagamentos e, conseqüentemente, da renda disponível das famílias. Menor renda significa menor consumo, menor atividade econômica e, portanto, menor investimento na economia. Essa redução de demanda, por sua vez, implica queda de preços na economia (ou redução da inflação) o que pode impulsionar as exportações e reduzir importações.

Em um modelo de economia real, como o nosso, não há efeito de expectativas sobre investimentos, pois estes só se alteram dadas as mudanças em características observadas da economia (taxa efetiva de retorno, renda, preços e atividade econômica). Os exercícios de simulação que efetivamos permitem projetar estes efeitos, de modelo sistêmico e consistente.

Adotamos duas premissas sobre a resposta do investimento ao corte de benefícios. A primeira supõe que o investimento responde apenas de acordo como os mecanismos do modelo. A segunda, além dos mecanismos endógenos ao modelo, pressupõe que a redução do gasto e do déficit previdenciário afeta a taxa efetiva de retorno, incrementando o investimento na economia.

O quadro abaixo resume os 6 exercícios de simulação que elaboramos neste estudo.

Quadro 1: Resumo dos choques e das premissas do modelo

Simulação	Choque	Premissa sobre investimento
RPPS	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de RPPS	Resposta de acordo com os mecanismos do modelo
RGPS	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de RGPS	
BPC	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de BPC	
RPPS_inv	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de RPPS	Mecanismos do modelo e resposta positiva do investimento (devido à redução do déficit da previdência)
RGPS_inv	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de RGPS	
BPC_inv	Corte de RS 1 bilhão nos pagamentos de BPC	

Fonte: Elaboração própria.

Para compararmos os efeitos de cortes nos benefícios, adotamos a mesma redução de R\$ 1 bilhão (valores de 2019) para o pagamento de aposentadorias d RGPS, RPPS e BPC, e realizamos uma simulação para cada caso. Nosso objetivo não é projetar o efeito da PEC 6/2019. Buscamos entender como estes cortes podem afetar a economia brasileira. Fizemos a suposição que a redução no dispêndio com a Previdência gera poupança pública para o governo, e este não altera seu consumo de bens e serviços. Assim, o efeito dessa política pode ser utilizado para o abatimento da dívida pública.

Uma informação importante é que o mesmo corte de R\$1 bilhão representa parcela distinta nos 3 benefícios: 0,4% do RGPS; 0,93% do RPPS e 10,3% do BPC. Nossos dados mostram a concentração de pagamentos do RGPS nas famílias H2 a H7 (64% desse benefício); do RPPS de H8 a H11 (77%); e do BPC de H1 a H4 (82%).

Nas simulações supomos que os demais benefícios e transferências permanecem inalterados. Adotamos um cenário de 10 anos, de forma a permitir o ajustamento de longo prazo da economia aos choques.

Um dos aspectos distintivos que nossa metodologia permite observar é o impacto na renda disponível das famílias. Naturalmente, o corte de benefícios afeta diretamente a renda das famílias. Mas também há o efeito indireto sobre a atividade econômica, que impacta o pagamento de salários, a remuneração de capital e demais fontes de renda. O modelo de equilíbrio geral computável que utilizamos está especialmente capacitado para capturar estes efeitos indiretos sobre a remuneração dos fatores e a renda das famílias.

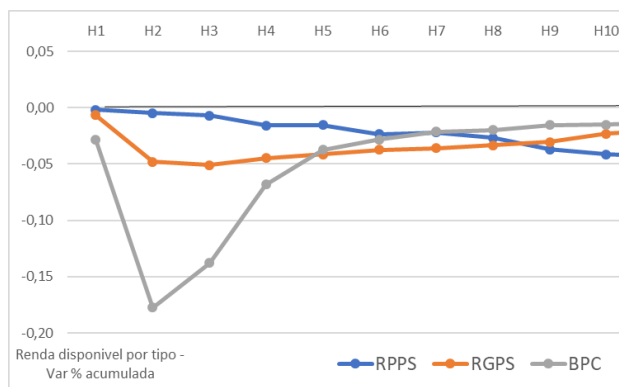
A Tabela 6 e as Figuras 1 e 2 mostram os resultados das simulações em termos do impacto sobre a renda disponível das famílias nas 6 simulações. Uma conclusão importante é que a hipótese de resposta mais intensa do investimento (simulações_inv) apenas desloca positivamente os resultados de impacto na renda das famílias, o que era esperado. Assim, os resultados do corte de aposentadorias são positivos, ou menos negativos, se adotamos uma hipótese de resposta mais forte do investimento.

A segunda conclusão a partir dos resultados, e a mais relevante, é que o corte de pagamentos do BPC é bastante regressivo, impactando fortemente as famílias de menor renda. Os cortes do regime público (RPPS) se mostram os menos regressivos (afetam mais negativamente os grupos de maior renda), enquanto os cortes do regime geral (RGPS) também apresenta certo caráter regressivo.

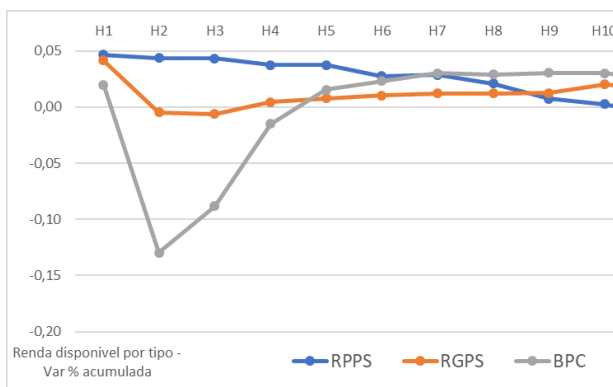
Tabela 6: Impacto sobre a renda disponível das famílias nas simulações (var. % real por grupo de famílias)

Famílias	Simulações					
	RPPS	RGPS	BPC	RPPS_Inv	RGPS_inv	BPC_inv
H1	-0,002	-0,007	-0,029	0,047	0,042	0,020
H2	-0,005	-0,048	-0,177	0,044	-0,005	-0,130
H3	-0,007	-0,051	-0,138	0,043	-0,006	-0,088
H4	-0,016	-0,045	-0,068	0,038	0,004	-0,015
H5	-0,016	-0,041	-0,038	0,037	0,008	0,016
H6	-0,023	-0,038	-0,028	0,027	0,010	0,023
H7	-0,022	-0,036	-0,021	0,029	0,012	0,030
H8	-0,027	-0,033	-0,020	0,021	0,012	0,029
H9	-0,037	-0,031	-0,016	0,007	0,012	0,030
H10	-0,041	-0,023	-0,015	0,002	0,020	0,030
H11	-0,044	-0,020	-0,014	-0,007	0,017	0,025

Fonte: Resultados das simulações.



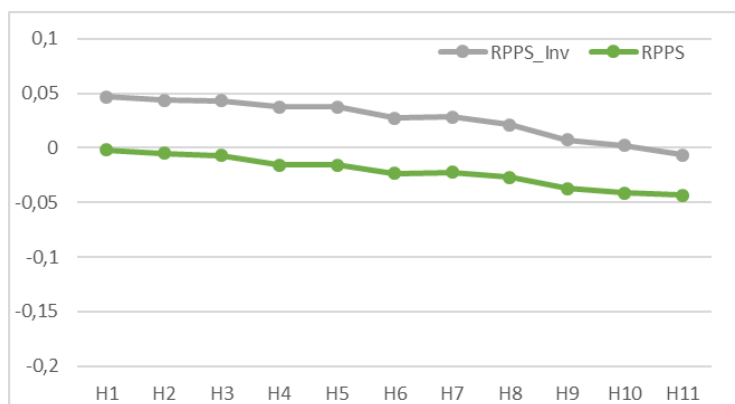
Simulações RPPS, RGPS e BPC



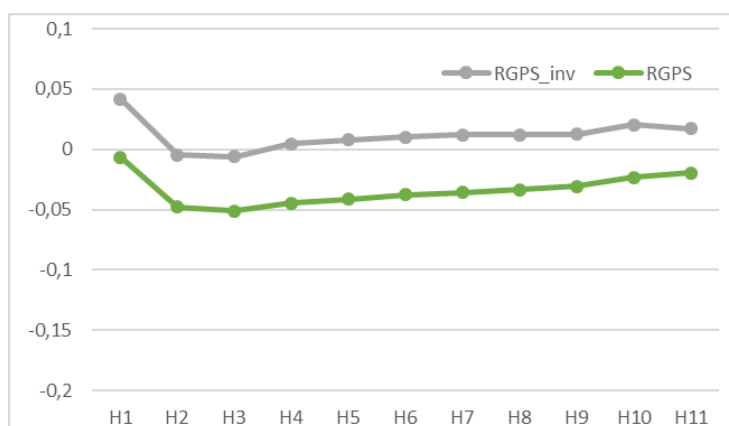
Simulações RPPS_Inv, RGPS_Inv e BPC_Inv

Figura 1: Impacto sobre a renda disponível das famílias nas simulações (var. % real acumulada em 10 anos por grupo de famílias)

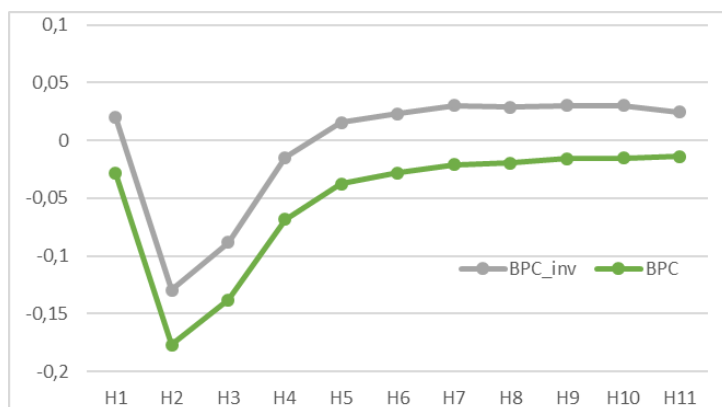
Fonte: Resultados das simulações.



Simulações RPPS e RPPS_inv



Simulações RGPS e RGPS_inv



Simulações BPC e BPC_inv

Figura 2: Impacto sobre a renda disponível das famílias nas simulações (var. % real por grupo de famílias)

Fonte: Resultados das simulações.

O caráter regressivo ou progressivo dos cortes nos benefícios pode ser confirmado pela mensuração do índice de Gini⁹ da distribuição da renda total entre as famílias a partir dos resultados das simulações. Em um modelo como o nosso, a modificação na renda apropriada por cada classe de família capta tanto os efeitos diretos do corte da transferência específica na renda das famílias, como os efeitos indiretos, que decorrem do efeito desses cortes na atividade econômica e, conseqüentemente, no pagamento de renda do trabalho, do capital e de outras transferências às famílias.

A Tabela 7 e o Gráfico 1 mostram esses impactos no final do período simulado (2030). O cenário base é aquele onde nenhum corte é estabelecido, e, portanto, mantém inalterada a distribuição de renda. Comparativamente a este cenário, analisamos a mudança no índice de Gini da distribuição da renda resultante dos cenários de corte no RPPS, RGPS, BPC e dos cenários de cortes nesses benefícios com ajuste do investimento (RPPS_I, RGPS_I e BPC_I).

Os resultados para o índice de Gini confirmam a regressividade dos cortes no BPC, já apontada pela simples análise dos impactos na renda das famílias. A variação positiva no índice de Gini na simulação do BPC em relação ao cenário base (Gráfico 1), mostra que o corte desse tipo de benefício pioraria a desigualdade de renda no país e que esse impacto de piora seria o maior entre os cortes. A redução do benefício do RGPS também seria regressiva em termos da concentração de renda, embora em magnitude bastante inferior ao impacto dos cortes no BPC. Já o corte de benefícios do RPPS teria caráter progressivo, com melhora do índice de Gini em relação ao cenário base.

Conforme explicitado, os benefícios do RPPS são concentrados no topo da distribuição de renda, de modo que uma redução dessas transferências geraria redução no índice de Gini, portanto, na desigualdade do país. Os cenários em que são simulados os cortes de benefícios com concomitante premissa de ajuste do investimento (RPPS_I, RGPS_I e BPC_I) apresentam impactos na desigualdade muito similares aos cenários em que o investimento é determinado apenas pelos mecanismos do modelo (RPPS, RGPS, BPC).

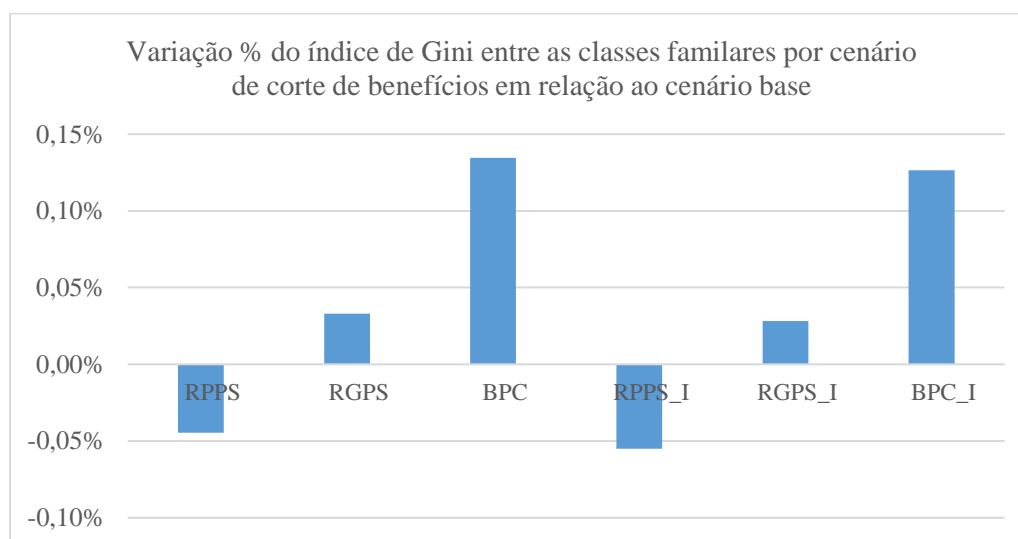
⁹ Importante observar que, como as famílias estão representadas por agentes representativos, os valores obtidos para o índice de Gini são relativos às 10 classes de renda (considerando o número de famílias em cada classe), e não à desigualdade entre indivíduos, comumente estimada. Assim, cabe ressaltar que neste caso, o valor obtido para a desigualdade difere daquele estimado pelas fontes oficiais (HOFFMAN, 1998).

Tabela 7: Desigualdade de renda entre famílias: índice de Gini da distribuição da renda total, entre as 11 classes de renda, por simulação, 2030

Cenários de simulação	Índice de Gini do Cenário Base	Variação % em relação ao cenário base
Cenário Base	0,5685	-
<i>Cenários de corte de benefícios</i>		
RPPS	0,5683	-0,04%
RGPS	0,5687	0,03%
BPC	0,5693	0,13%
RPPS_I	0,5682	-0,06%
RGPS_I	0,5687	0,03%
BPC_I	0,5693	0,13%

Fonte: Resultados das simulações.

Gráfico 1: Desigualdade de renda entre famílias: Variação percentual no índice de Gini da distribuição da renda total, entre as 11 classes de renda, por simulação, 2030



Fonte: Resultados das simulações.

A Tabela 8 e os gráficos das Figuras 3 e 4 mostram os resultados das simulações para os agregados econômicos. Os números representam o efeito acumulado dos choques em 10 anos, medidos em termos de variação % (desvio) em relação a um cenário o qual o corte de benefícios não é feito. Nas simulações em que o investimento responde apenas de acordo com os mecanismos do modelo, os cortes de aposentadorias geram queda de atividade econômica (PIB) e do consumo das famílias, com expansão das exportações e queda das importações (o que se explica pelo efeito negativo nos preços domésticos, que incentiva exportações e substitui importações pela produção doméstica). Quando adotamos a hipótese de resposta do investimento com choque na taxa de retorno (simulações_inv), o investimento apresenta a maior expansão entre os agregados, o que também se reflete no crescimento do consumo das famílias e do próprio PIB. Como o efeito do corte de renda prevalece sobre os preços (queda do deflator do PIB), as exportações se expandem.

Um fato interessante dos resultados é que o corte de pagamentos do BPC apresenta tanto o menor impacto positivo sobre o PIB nas simulações com resposta do investimento (simulação BPC_Inv), como o maior impacto negativo nas simulações sem resposta mais intensa do investimento (simulação BPC).

O indicador da última linha da Tabela 8 apresenta a poupança do governo gerada, ou seja, a diferença entre a variação de rendas do governo (arrecadação de impostos) e de despesas (consumo de bens e transferências, como o pagamento de aposentadorias). Como em cada simulação o corte de benefícios e o impulso de investimento foram os mesmos, este resultado mostra que para cada 1 real de corte no RPPS são gerados 62 centavos de poupança para o governo (esta seria o efeito líquido do corte de benefícios), enquanto o corte no RGPS gera 56 centavos e a redução no BPC gera uma poupança de 45 centavos para cada real (nas simulações_inv).

Tabela 8: Impacto agregado na economia brasileira de 6 cenários de redução das transferências. Variáveis medidas como variação % acumulada em 10 anos.

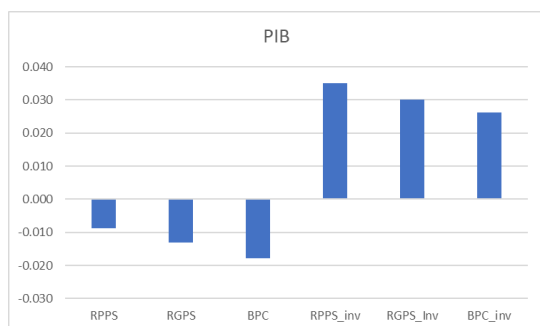
	<i>Simulações</i>					
	RPPS	RGPS	BPC	RPPS_inv	RGPS_Inv	BPC_inv
PIB	-0,009	-0,013	-0,018	0,035	0,030	0,026
Consumo das Famílias	-0,025	-0,035	-0,047	0,023	0,010	0,001
Investimento	-0,020	-0,028	-0,039	0,081	0,069	0,061
Exportações	0,038	0,053	0,069	0,057	0,076	0,086
Importações	-0,031	-0,044	-0,058	0,018	0,002	-0,008
Deflator PIB	-0,044	-0,060	-0,044	-0,053	-0,075	-0,087
Poupança /Corte (cada 1 real)	0,578	0,479	0,379	0,624	0,564	0,449

Nota: Em cada cenário os pagamentos do respectivo benefício foram reduzidos em R\$1 bilhão de reais. **RPPS:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RPPS; **RGPS:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RGPS; **BPC:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do BPC. **RPPS_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RPPS com resposta do investimento; **RGPS_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RGPS com resposta do investimento; **BPC_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do BPC com resposta do investimento.

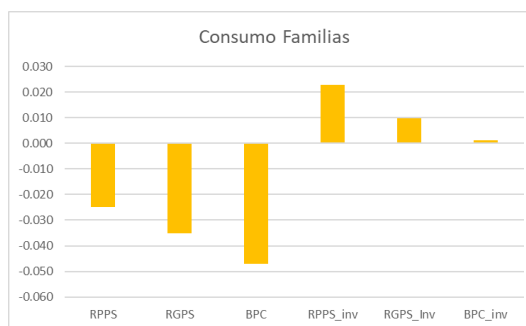
Fonte: Resultados das simulações.

Vale ressaltar que os valores adotados nas nossas simulações não podem ser comparados com as estimativas de economia de pagamentos com a proposta de reforma da previdência do Governo Federal (pouco mais de R\$ 1 trilhão), pois as mudanças analisadas não são as mesmas. Mas também deve-se ressaltar que estimativas de impacto socioeconômico da PEC 6, tão ou mais importantes que as estimativas de redução de gastos, não foram apresentadas pelo Governo Federal, e nem têm sido debatidas com o necessário embasamento. Nossos resultados mostram que este é um aspecto importante a ser considerado.

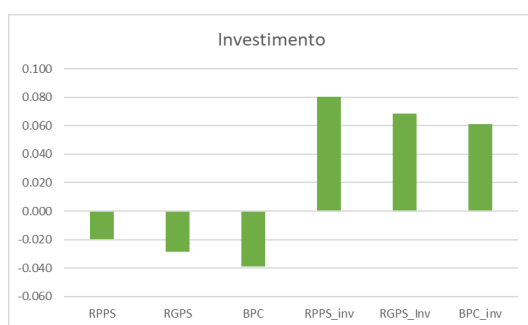
O relatório apresentado pelo relator da proposta no Congresso, no dia 13/06/2019, retirou algumas das propostas de mudanças, como as alterações no BPC e na aposentadoria rural, e a criação de um sistema de capitalização. Nossas simulações de impacto da redução do BPC na economia dão suporte a essa decisão e fornecem subsídios a eventuais alterações que venham a ser feitas neste benefício.



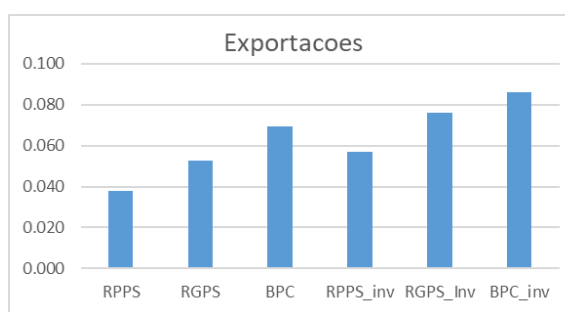
Impacto sobre o PIB – var. % real



Impacto sobre o Consumo das Famílias – var. % real



Impacto sobre o Investimento – var. % real



Impacto sobre Exportações – var. % real

Figura 3: Impacto agregado na economia brasileira de 6 cenários de redução das aposentadorias. Variáveis medidas como variação % acumulada em 10 anos.

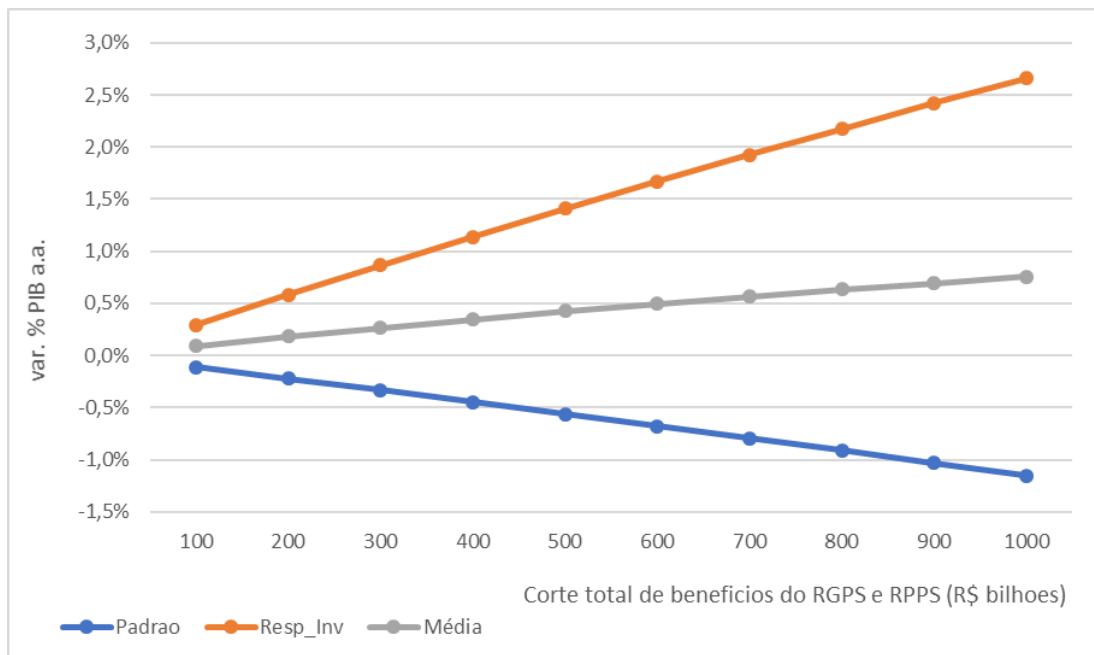
Nota: Em cada cenário os pagamentos do respectivo benefício foram reduzidos em R\$1 bilhão de reais. **RPPS:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RPPS; **RGPS:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RGPS; **BPC:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do BPC. **RPPS_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RPPS com resposta do investimento; **RGPS_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do RGPS com resposta do investimento; **BPC_Inv:** simulação de redução de R\$ 1 bilhão nos pagamentos do BPC com resposta do investimento.

Fonte: Resultados das simulações.

Além destas modificações, o relator propôs a destinação de recursos do PIS para o financiamento da previdência, o que implicaria a diminuição de recursos para o FAT e consequentemente para o BNDES. Esta mudança implica redução importante de recursos para investimento, o que aliado à política de devolução de recursos ao Tesouro, reduz de alguma forma a atuação do BNDES como banco de financiamento. Dessa forma, não parece haver embasamento para afirmar que haverá retomada de investimentos como resultado da reforma da previdência, mesmo com a suposta melhora de expectativas pelos agentes econômicos.

Os procedimentos que adotamos neste trabalho podem ser utilizados para algumas projeções sobre o impacto da reforma da previdência. Como mostramos, a hipótese sobre a resposta do investimento é fundamental para o impacto na economia, como indicam nossas projeções, uma vez que apenas os mecanismos usuais da economia não são suficientes para um resultado positivo da reforma sobre a economia (utilizando-se por exemplo o impacto sobre o PIB). O Gráfico 2 e a Tabela 9 exibem a projeção dos resultados que seriam obtidos decorrentes de diferentes valores de cortes de benefícios no RGPS e RPPS, de 100 bilhões a 1 trilhão de reais (hipoteticamente divididos entre os 2 sistemas), para as duas hipóteses de resposta do investimento. Os resultados indicam que para uma economia de R\$ 800 bilhões para os cofres públicos, o impacto sobre o PIB pode variar de cerca de -1% a + 2% , com média de 0,6%, sendo o resultado negativo o obtido na hipótese padrão do modelo (sem elevação exógena na taxa de retorno do investimento).

Gráfico 2 – Impacto sobre o PIB da reforma da previdência para 2 cenários de simulação e diferentes valores de redução total de benefícios (var. % acumulada em 10 anos)



Nota: Padrão: resposta do investimento decorrente de hipóteses usuais do modelo. **Resp_Inv:** resposta do investimento com choque na taxa de retorno. **Média:** resultado médio das duas hipóteses.

Fonte: Resultados das simulações.

Tabela 9: Impacto sobre o PIB do corte de benefícios da reforma da previdência para 2 cenários de simulação e diferentes valores de redução total de benefícios (var. % acumulada em 10 anos)

Corte de aposentadorias em bilhões (50% RGPS e 50% RPPS)	Impacto sobre o PIB (var.%) em 2 cenários de simulação		
	Padrão	Resp_Inv	Média
100	-0,11%	0,30%	0,09%
200	-0,22%	0,58%	0,18%
300	-0,33%	0,87%	0,27%
400	-0,45%	1,14%	0,35%
500	-0,56%	1,41%	0,42%
600	-0,68%	1,67%	0,50%
700	-0,79%	1,92%	0,57%
800	-0,91%	2,17%	0,63%
900	-1,03%	2,42%	0,70%
1000	-1,15%	2,66%	0,75%

Fonte: Resultados das simulações.

Os resultados das simulações realizadas neste trabalho sugerem que na ausência de um incremento no nível de investimento do país, a reforma da Previdência tende a ser recessiva. Assim, o apoio na expectativa de que apenas a reforma da Previdência ampliará a confiança dos agentes privados a ponto de gerar incremento relevante no nível de investimento da economia é arriscada, podendo aprofundar o cenário de estagnação econômica da atual conjuntura brasileira.

Nesse sentido, concomitante à reforma, é primordial a adoção de políticas que incentivem o investimento, para que resultados positivos em termos da atividade econômica e da renda das famílias sejam alcançados no médio e longo-prazo. As medidas de política econômica atuais parecem se direcionar no sentido contrário, dada a redução significativa do investimento público, que tem efeitos importantes de indução e complementação do investimento privado; a perda de importância do papel bancos de investimento, como o BNDES; e a morosidade de queda na taxa de juros no cenário de estagnação econômica. A discussão a respeito dos instrumentos de incentivo ao investimento precisa estar no cerne do debate na esfera pública brasileira para que reformas se traduzam na retomada do crescimento.

As simulações realizadas mostram que cortes no BPC são recessivos, concentradores de renda e geram baixa poupança adicional para o Governo. Esses resultados respaldam a decisão de eliminação das mudanças neste benefício da Reforma proposta e se colocam como subsídio para

futuras decisões a respeito dessa política. Mostram, ainda, que as mudanças propostas nos benefícios do RGPS precisam de um olhar atento e aprofundado, dado que o corte nesse benefício também tende a piorar a desigualdade de renda no país. Por outro lado, indicam que a proposta de alíquotas progressivas para o setor público presente na PEC 6/2019, de modo a atingir os benefícios do RPPS, tende a gerar maior poupança para o Governo quando comparado aos demais benefícios, auxiliando na mitigação do descontrole fiscal, ao mesmo tempo em que exerceria resultados efetivos na desconcentração de renda do país. A reforma da previdência, embora possa ter características recessivas em alguns casos, vai reduzir o gasto público e o endividamento. Isso é bastante importante para as finanças públicas e a sustentabilidade da dívida.

Nossa agenda de pesquisa neste tema tem como próximos passos simular a Reforma da Previdência na sua versão final aprovada no congresso, considerando as modificações de regras tanto para o regime do RPPS quanto para o RGPS, de modo a avaliar os impactos econômicos decorrentes, que não podem ser deixados de lado no contexto pelo qual atravessa a economia brasileira. Consideramos que estas informações sejam relevantes para a discussão de políticas públicas futuras.

Referências

AFONSO, L. E. (2014). *Progressividade e aspectos distributivos na previdência social: Uma análise com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 153p.

AFONSO, L. E. (2016). Progressividade e aspectos distributivos na previdência social: Uma análise com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS. *Revista Brasileira de Economia*, 70(1), 3–30. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20160001>

GIAMBIAGI, F., & AFONSO, L. E. (2009). Cálculo da alíquota de contribuição previdenciária atuarialmente equilibrada: uma aplicação ao caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 63(2), 153–179.

AFONSO, L. E., & FERNANDES, R. (2005). Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 59(3), 295–334.

BURKOWSKI, E.; PEROBELLI, F. F. C.; PEROBELLI, F. S. (2016) Matriz de Contabilidade Social e Financeira: Brasil, 2005 a 2009. *Estudos Econômicos*, 46(4), 937-971.

CARDOSO, D. F. (2016). *Capital e trabalho no Brasil no século XXI: o impacto de políticas de transferência e de tributação sobre desigualdade, consumo e estrutura produtiva*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Doutorado. 270p.

HOFFMAN, R. (1998). *Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 2008-2009*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/xml/pof_2008_2009.shtm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/defaulttab_xls.shtm

SILVA, A. S. P. da. (2018). *O déficit da previdência social no Brasil: simulações de reforma com um Modelo de Equilíbrio Geral Computável Dinâmico*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. Tese de Doutorado. 116p.